

ASSENTAMENTO MÁRIO LAGO¹: ESPAÇO DE FORMAÇÃO POLÍTICA, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E EDUCAÇÃO ESCOLARMarcos Cassin²
Laura Nalli³**RESUMO**

Esse artigo se propõe a apresentar a discussão sobre os assentamentos rurais como novo elemento na estrutura fundiária do Brasil e como resultado de uma política assistencialista do Estado aos excluídos da Reforma Agrária, bem como espaço de reprodução da força de trabalho de um exército de reserva de mão de obra a ser empregado sazonalmente, geralmente de forma precarizada. Contraditoriamente os assentamentos rurais se constituem, potencialmente, em locais alternativos de moradia, trabalho e socialização como também espaços de formação política, qualificação técnica agrícola e educação escolar. Esse último aspecto, formação, qualificação e educação é objeto de análise apresentado nesse texto, para tanto, delimitamos o assentamento Mário Lago, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), localizado no município de Ribeirão Preto. Desta forma, tal artigo apresenta em sua introdução o problema da Questão Agrária e Reforma Agrária no Brasil, seguido de um breve percurso da história do MST a partir de seus Congressos. Na sequência é apresentada a história, a organização e os espaços de formação política, qualificação técnica e educação escolar do referido assentamento. Após essa contextualização, é apontado a necessidade de se aprofundar os estudos e análises acerca da reestruturação produtiva no campo no final do século XX e início do XXI; a tese que a Reforma Agrária foi realizada pelo regime civil-militar de 1964-1985 consolidando a Revolução Burguesa no Brasil; dos assentamentos rurais enquanto política compensatória aos excluídos da Reforma Agrária e locais de produção de subsistência e exército de reserva de força de trabalho sazonal e precarizada.

Palavras Chaves: Assentamentos rurais, Formação política, Qualificação técnica, Educação escolar.

MÁRIO LAGO SETTLEMENT: SPACE OF POLITICAL EDUCATION, TECHNICAL QUALIFICATION AND SCHOOLING**ABSTRACT**

This article aims to present a discussion about the rural settlements as the new elements in the Brazilian agrarian structure and as result of state's welfare policy to the excluded from land reform as well as space of reproduction of the workforce of an army of labor reserve to be used seasonally and generally in precarious way. Contradictorily, the rural settlements are potentially constituted in alternative places of dwelling, work and socialization as also places of political education, agricultural technical qualification and schooling. This last aspect is object of analysis presented in this text so we delimited the Mario Lago Settlement that is organized by the Movement of Landless Rural Workers and located in the city of Ribeirão Preto. In this way, the article presents in its introduction the problem of the Agrarian Question and Land Reform in Brazil followed of a short course in the history of Movement of Landless Rural Workers from its congresses. In sequence, is presented the history, organization and the spaces of political education, agricultural technical qualification and schooling in the said settlement. After this contextualization is pointed out the need of further studies and analysis about the productive restructuring of the field in the late 20th century and beginning of the 21 century; the thesis that Land Reform was performed by the civil-military regime of 1964-1985 consolidating the bourgeois revolution in Brazil; rural settlements as compensatory policy to the excluded of Land Reform and subsistence production sites and reserve army of seasonal and precarious workforce.

Keywords: Rural settlements, political education, technical qualification, schooling.

Introdução

Para a discussão acerca dos assentamentos rurais como espaço de formação política, qualificação técnica e educação escolar do nosso objeto de pesquisa elencamos o Assentamento Mário Lago no município de Ribeirão Preto. De início apontamos a necessidade de se apropriar das discussões sobre a Reforma Agrária e da Questão Agrária no Brasil, ou seja, as condições agrárias do país hoje enquanto síntese da Reforma Agrária realizada. Para tanto, partimos da tese de que a Reforma Agrária burguesa no Brasil consolidou a Revolução Burguesa, logo, as mudanças nas relações de produção e a intensificação da mesma, somadas ao desenvolvimento das forças produtivas no campo implicaram numa transformação estrutural da produção que acarretou na hegemonização das relações capitalistas no campo.

Diante dessa primeira questão, nos pareceu pertinente e significativo analisar o papel dos assentamentos rurais como um dos novos elementos na questão fundiária do Brasil. Pois a decisão do regime militar em mecanizar a lavoura brasileira de forma rápida e intensa, juntamente com a implantação de uma agricultura com relações de produção capitalistas hegemônicas no campo, expulsou de maneira muito rápida grandes contingentes populacionais. Nesse sentido, durante o final da década de 70 e início de 80 do século XX, os trabalhadores rurais que foram expulsos do campo devido à modernização acelerada da agricultura e expulsos das cidades devido ao excesso de mão de obra não absorvida pela industrialização, começaram a demandar por trabalho e terra.

Devido à insatisfação e pressão dos trabalhadores, os últimos governos civis-militares e os governos civis, pós-governo de exceção, optaram pela formação de assentamentos rurais, com a finalidade de resolver pontualmente conflitos no campo, ou seja, trata-se de uma política de assistência social, apenas para minimizar o problema dos sem-terras e não para democratizar o acesso à terra e alterar o modelo de produção baseado na monocultura exportadora, na grande propriedade, na financeirização do setor e de insumos agroquímicos.

Cabe ressaltar que tal política de Reforma Agrária compreende os assentamentos rurais apenas como espaços de produção de subsistência e reserva de força de trabalho assalariada para os trabalhos temporários do campo e para o trabalho precarizado na cidade e no campo. Essa medida adotada permanece, em menor ou maior intensidade, desde os governos militares até hoje.

Nessa perspectiva, é compreensível que num país de recente e intensa urbanização, o meio rural torna-se espaço desconhecido por muitos, assim, a percepção mais difundida sobre os assentamentos é marcada por mistificações instrumentalizadas no debate político sobre a Questão Agrária, e, em particular, sobre a Reforma Agrária. Deste modo, é possível notar que recorrentemente

caracterizam-se os assentamentos como favelas rurais- espaços de indigências formados por pessoas “estranhas” à agricultura e que deveriam, na melhor das hipóteses, ser objeto de políticas assistenciais, exemplo do desperdício dos recursos públicos e demonstração do fracasso da reforma agrária. (Cintrão, Heredia, Leite, Medeiros, Palmeira, 2004, p. 12).

Tais mistificações acabam por ocultar o real significado dos assentamentos, já que mais empobrece do que qualifica e aprofunda o debate sobre a complexidade e desafios desses novos espaços no campo brasileiro.

Importante mencionarmos que mesmo compreendendo os assentamentos rurais como espaço dos excluídos da Reforma Agrária burguesa no Brasil é contraditoriamente um espaço de reprodução da força de trabalho assalariada e temporária para a pequena e grande burguesia agrária do país, como também, os assentamentos rurais se constituíram e vão se

constituindo pela grande diversidade de trabalho e moradia, bem como pelas relações sociais e políticas se configuram e se estruturam de tal forma que demandam em atividades de formação, qualificação e educação de sua população.

Partindo dessas referências gerais é que nos pautamos para uma análise e reflexão a respeito do papel que o assentamento “Mário Lago” (MST)⁴, situado na Fazenda da Barra em Ribeirão Preto, exerce sobre a educação, formação e qualificação dos assentados.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

O Assentamento Mário Lago é resultado da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) na região de Ribeirão Preto, portanto os processos de organização do mesmo, as grandes pautas políticas, sociais e econômicas são referenciadas pelo movimento nacionalmente, o que não significa minimizar ou secundarizar a organização as demandas e as lutas locais.

Nesse sentido, nos parece razoável recuperarmos minimamente a trajetória do MST para atender nossos objetivos de compreender o Assentamento Mário Lago como a materialização de uma entre as muitas experiências do MST. Para isso, buscamos resgatar a trajetória do MST por intermédio dos Congressos Nacionais, que acontecem a cada 5 anos, sendo estes a instância máxima de deliberação do Movimento. Além desse aspecto, enfatizamos a importância dos lemas de cada congresso, uma vez que estes sintetizam a análise da conjuntura política, econômica e social de cada momento histórico, apontando para as principais lutas do movimento para o período que viria pós-congresso.

A fundação do MST se deu com a realização do I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, entre os dias 21 e 24 de janeiro de 1984, na cidade de Cascavel (PR). Nesse encontro participaram 80 representantes de 13 estados com a finalidade de traçar os objetivos do Movimento. Entre estes, destacamos os três principais: Lutar pela terra; Lutar por Reforma Agrária⁵ e Lutar por uma sociedade mais justa e fraterna. Nesse encontro aparece a primeira bandeira do MST com o lema “Terra para quem nela trabalha”.

Nessa perspectiva, é válido ressaltar que esse primeiro encontro nacional, além de constituir parte significativa da gênese do MST, constatou-se a necessidade de realizar o primeiro Congresso Nacional, com o propósito de obter maior representatividade e convocar todos que quisessem lutar pela terra e que aceitasse construir o Movimento.

Quanto ao 1º Congresso Nacional, esse foi realizado em Curitiba, em janeiro de 1985 e contou com 1.600 delegados de 13 estados. O ponto chave dessa reunião pautou-se na decisão política de não enxergar na Nova República⁶ a solução de todos os problemas, ou seja, conscientizar os sujeitos para que não se iludissem com aquela nova fase da política nacional. Sem perspectivas de mudanças significativas no país, o Movimento apostava que a Reforma Agrária somente iria avançar se houvesse ocupação por meio da luta de massas. Sendo assim, a bandeira de luta “Terra para quem nela trabalha” criada em 1984, foi substituída por “Ocupação é a única solução”. Com essa perspectiva traçada, após o Congresso, começaram a aparecer grandes ocupações por todo o país, mobilizando mais de 40 municípios, o que repercutiu numa visibilidade do Movimento.

Entre o 1º e o 2º Congresso foi realizado o IV Encontro Nacional, este tem importância significativa na história do MST, uma vez que aconteceu em 1989, um ano depois da constituinte que não trouxe alterações na Constituição Federal com relação à estrutura fundiária concentradora de terras, sem atender aos interesses dos trabalhadores rurais com pouca terra ou sem nenhuma terra.

Esse encontro também se realizou um ano antes da posse do governo Fernando Collor de Mello⁷, que por sua vez se constituiu num período de grande repressão ao

Movimento dos Sem Terra. Nesse evento, o MST já sentiu a repressão aumentando após a constituinte e que se aprofundou no governo Collor. Devido às circunstâncias, nesse encontro foi definido que a palavra de ordem seria “Ocupar, resistir e produzir”, que apontava para a necessidade de gerar novas relações sociais e de produção nos assentamentos, bem como organizar a produção a partir de outro modelo para a agricultura.

O 2º Congresso Nacional do MST já indicava um crescimento da organização nos estados, pois neste evento participaram 5 mil delegados de 19 estados. Foi realizado em Brasília (DF), entre 8 e 10 de maio de 1990, início do governo Collor. A grande repressão sofrida pelo MST, durante esse governo, levou o Congresso a aprovar objetivos e enfrentamentos, apontando para a necessidade de não se isolar da luta dos demais trabalhadores da cidade e do campo. Foram deliberados os seguintes objetivos: fortalecer a aliança com os operários e outros setores da classe trabalhadora; divulgar a luta pela Reforma Agrária, nacional e internacionalmente; discutir plano de ação para os próximos anos; reivindicar do novo governo (Collor) a realização da Reforma Agrária e o fim da violência no campo; mostrar para a sociedade que a Reforma Agrária é indispensável. Nesse período, marcado pela grande repressão, o Congresso mantém a bandeira de luta aprovada no IV Encontro, destacando a expressão “Resistir”.

O 3º Congresso Nacional também foi realizado em Brasília (DF), entre 24 e 27 de julho de 1995, no mesmo ano do Massacre de Corumbiara⁸, agosto de 1995 e um ano antes do Massacre de Eldorado dos Carajás⁹. Tais Massacres aconteceram no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso¹⁰. Com a consolidação do projeto político neoliberal no Brasil, no governo FHC, a luta pela Reforma Agrária centrava-se na resistência e combate a esse projeto.

Nesse contexto, a bandeira desse Congresso traz o seguinte lema: “A Reforma Agrária é uma luta de todos”. Essa nova palavra de ordem explicita que o Movimento ainda apontava para a necessidade de alianças com todos os trabalhadores e forças progressistas para a realização da Reforma Agrária e na luta contra as políticas neoliberais. Nessa perspectiva, são aprovados os seguintes objetivos básicos: levar a Reforma Agrária para a opinião pública; apresentar reivindicações ao governo federal; definir as prioridades de ação; ser um espaço de formação política massiva e os congressos do movimento serem também espaços de confraternização da militância do MST. Em síntese, o 3º Congresso contribuiu para o amadurecimento do Movimento e mostrou do ponto de vista orgânico, que era possível fazer encontros mais massivos. Então, a partir de 1996, os estados passaram a fazer grandes encontros de massas, com mais de mil pessoas.

Em agosto de 2000, na cidade de Brasília, foi realizado o 4º Congresso Nacional do MST com a presença de mais de 11 mil militantes do Movimento e uma delegação estrangeira de 107 pessoas de 25 países. A bandeira desse Congresso foi “Por um Brasil sem latifúndio”. Como nos anteriores, a palavra de ordem é o norte da política do MST para o período que se abre, sendo pautadas as decisões políticas nos seguintes objetivos: construir a unidade no campo e desenvolver novas formas de luta; combater o modelo das elites, que representam os produtos transgênicos, as importações de alimentos, os monopólios e as multinacionais; desenvolver linhas políticas e ações concretas na construção de um novo modelo “tecnológico”; articular-se com os trabalhadores e setores sociais da cidade para fortalecer a aliança entre o campo e a cidade; resgatar a importância do debate em torno de questões fundamentais como meio ambiente, biodiversidade, defesa da bacia São Francisco e da Amazônia e solidariedade com a sociedade, desenvolvendo novos valores e elevando a consciência política dos trabalhadores sem terra. Nesse ano de Congresso, o MST estava organizado e atuando em 23 estados com 1,5 milhões de pessoas, 350 mil famílias assentadas e 100 mil vivendo em acampamentos.

Quanto ao 5º Congresso Nacional do MST, realizado entre os dias 11 e 15 de julho de 2007, com 17.500 militantes de 24 estados e com uma delegação estrangeira de 181

convidados de 31 países, a bandeira levantada foi “Reforma Agrária, por justiça social e soberania popular”. Há que se destacar que nesse encontro o termo “popular”, aparece pela primeira vez entre as bandeiras dos Congressos Nacionais do Movimento. Outro elemento importante é o não “cumprimento” da periodicidade de 5 anos entre os Congressos e, por último, ser o primeiro e único Congresso nos dois mandatos de Lula como presidente.

Em fevereiro de 2014 foi realizado o 6º Congresso Nacional em Brasília. O processo de discussões se desenvolveu desde o ano anterior nos acampamentos e assentamentos através de seminários, reuniões e debates. O lema do Congresso foi “Lutar! construir Reforma Agrária Popular”. Este, como o anterior não cumpriu a periodicidade de 5 anos entre os Congressos. É interessante notarmos que, se mantivesse o período de 5 anos para a realização desse 6º Congresso, ele ocorreria em 2012, primeiro ano de mandato do governo Dilma.

O que buscamos enfatizar nesse pequeno relato do percurso do MST é como as experiências acumuladas nas lutas do movimento, na política de alianças com outros trabalhadores do campo e da cidade por transformações no conjunto da sociedade, e em particular no campo destacaram-se preocupações com as questões da educação, da produção agrícola e da formação política de seus militantes.

A experiência do Assentamento Mário Lago

O Assentamento Mário Lago, situado na região de Ribeirão Preto (SP), localizado na Fazenda da Barra, é resultado da luta do MST e de um conjunto de ações judiciais e pela Promotoria do Meio Ambiente da Comarca de Ribeirão Preto contra os proprietários desta Fazenda. As ações estavam relacionadas, primeiro, com as operações de fiscalização ambiental realizada pela Polícia Federal e pelo Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais (DEPRN) do Estado de São Paulo e, num segundo momento, estas operações, também denominadas de diligências, passaram a ser executadas pelo próprio promotor do meio ambiente de Ribeirão Preto. Foram, portanto, estas diligências que deram início ao processo de desapropriação da Fazenda da Barra.

Diante da posse concedida ao INCRA, depois de alguns anos de lutas no campo jurídico, social e político, os proprietários apresentaram um recurso para reconquistar a terra e conseguiram suspender a emissão de posse já concedida ao INCRA. Contudo, em maio de 2007, o Tribunal negou o recurso e o INCRA retomou a posse definitiva da área. Com a conquista da terra, iniciava-se o processo de configuração física, política e social da Fazenda da Barra.

Após a posse, o INCRA assinou, perante a Promotoria de Conflitos Fundiários do Meio Ambiente, um Termo de Ajustamento de Condutas (TAC), no qual exigia a garantia de que 35% da área da Fazenda da Barra seriam destinadas à RL (Reserva Legal) e à recomposição florestal das Áreas de Preservação Permanente (APPs).

A partir da definição do número de famílias a ser assentadas, os lotes foram definidos e os assentados receberam os primeiros recursos disponibilizados pelo INCRA para a construção de casas de alvenaria. A formação e execução individual ou coletiva das moradias foi um dos grandes problemas enfrentado pelos assentados. A questão sobre a organização das moradias remeteu a uma discussão mais ampla com relação à infraestrutura, abastecimento de água, rede de esgoto, estradas, energia elétrica, planos de produção e a própria preocupação com a sustentabilidade ambiental.

Organização

O Assentamento Mário Lago foi organizado com 260 famílias em lotes que não chegam a 2 hectares, destinados à produção individual, área de difícil desenvolvimento econômico, pois boa parte dos produtos cultivados e dos animais criados são de consumo das próprias famílias, restando muito pouco, ou nada, para comercializar na cidade de Ribeirão Preto, especialmente nos bairros próximos ao Assentamento.

A opção da forma de organização do Assentamento Mário Lago foi pela constituição de núcleos de moradia, mesmo as casa sendo construídas nos lotes individuais, buscou-se a aproximação entre as famílias e na organização política do assentamento, onde cada núcleo possui dois coordenadores que fazem parte da coordenação geral do assentamento.

A partir da decisão de organizar o assentamento em núcleos, foram constituídos 20 núcleos que variavam entre 8 a 22 famílias. O quadro abaixo apresenta o conjunto dos núcleos e destacamos os nomes dos mesmos que homenageiam personagens importantes da história do Brasil e da América Latina.

Ordem	Núcleo de Base	Nº de Famílias
01	Antônio Conselheiro	11
02	Celso Furtado	21
03	Che Guevara	14
04	Zumbi dos Palmares	15
05	Frei Tito	10
06	Camilo Torres	08
07	Patativa do Assaré	10
08	Padre Jansen	10
09	Salette Strozaki	14
10	Paulo Freire	08
11	Caio Prado	11
12	Margarida Alves	12
13	Oziel Alves	10
14	Rosa Luxemburgo	10
15	Dom Helder	09
16	Dandara	22
17	Roseli Nunes	20
18	Josué de Castro	22
19	Terra Sem Males	16
20	Manuel Gomes	07
Total		260

Elaborado por Gonçalves (2010) a partir de anotações no caderno de campo (agosto 2008).

Além dos Núcleos de Moradores, o Assentamento Mário Lago também se organiza por setores, que são compostos por grupos de assentados responsáveis por determinadas áreas de atuação. Como exemplo, podemos mencionar os setores de produção, de cultura, da educação, de formação entre outros. Esses setores, como os núcleos, assembleias e reuniões são fundamentais para a organização das discussões e deliberações na área de produção, na linha política do movimento, nas reivindicações sociais e culturais dos assentados. Esse formato de organização permite que compreendamos as falas de alguns entrevistados quando mencionam que “o assentamento é uma escola” ou ainda que “o movimento é uma escola”.

Formação política, qualificação técnica de produção e educação escolar

A partir da trajetória de lutas do MST e da conquista do Assentamento Mário Lago é possível compreendermos que a organização produtiva, política e social dos assentados é

resultado das participações nas reuniões, nos acampamentos, nos encontros, nas marchas, nos cursos, nos congressos, nas parcerias com universidades e sindicatos entre outras atividades de âmbito local, regional, estadual e nacional. Esses processos de participação são fundamentais da vida orgânica do assentamento Mário Lago que se constituiu em local de formação integral de seus assentados e militantes do movimento.

Precisamos também enfatizar o assentamento como espaço formador não só dos assentados, mas também de jovens universitários, pesquisadores e militantes de outros movimentos sociais, de sindicalistas e membros de partidos políticos apoiadores e parceiros do MST na região de Ribeirão Preto, como também de pessoas de lugares mais distantes e de estrangeiros.

É necessário destacar que conseguimos observar, analisar e discutir concretamente com os assentados o papel que o assentamento Mário Lago ocupou e ainda ocupa, na região de Ribeirão Preto, como espaço de formação, qualificação e educação, mas também como local de ensino e pesquisa para os não assentados.

Formação Política

Com relação à Formação Política no assentamento, entendemos sua capacidade de análise da conjuntura política local como regional, estadual e nacional dos assentados, bem como a compreensão dos princípios políticos e ideológicos do MST e os mecanismos de discussões e deliberações. Ou seja, a organização do assentamento e seu vínculo com as questões estaduais e nacionais sob a liderança do MST, favorecem esse trabalho de formação política dos assentados e o surgimento de novos militantes.

Segundo uma das Coordenadoras gerais do assentamento Mário Lago, a transição do acampado para a condição de assentado e o vínculo do assentamento com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra são destaques na formação política dos sujeitos, pois,

...o assentamento é por si só um espaço de formação política, especialmente pelo processo de conquista do assentamento. Então todo o processo do acampamento, da ocupação de terra, as várias forças mobilizadas pra poder conquistar a terra [...] é um processo bastante básico da formação política.

Da passagem do acampamento para o assentamento, uma das coisas que contribui [pra formação política] é que não tem como uma família viver no assentamento completamente isolada. Mesmo que ela não tenha o grau comunitário que ela tinha no acampamento, até porque tinha uma necessidade maior [a conquista da terra], ela tem um grau de envolvimento menor que também pode proporcionar nessa formação. Então, as próprias condições do assentamento levam pra uma organização comunitária e conseqüentemente, pra um processo de formação política também. No entanto, isso também tem bastante relação com a intencionalidade política da organização do assentamento. O assentamento por si só forma? Não, né... como a escola por si só não forma. Se uma escola de formação política não tiver uma intencionalidade, não forma, né.

Então eu atribuo ao MST esse aspecto da formação política como mantendo os espaços de organização, coordenação, assembleia, proporcionando que a comunidade participe de algumas atividades na sociedade [...] Além disso, tem um processo mais sistematizado também do MST, que é a formação através dos cursos que acontecem aqui. [...] cursos ligados ao Pronera, ligados à escolarização, que contribui não só com a escolarização, mas também com o processo de formação política. Temos também algumas

pessoas da comunidade que fazem cursos na Escola Florestan Fernandes. (Entrevistada A).

A citação acima, nos aponta para a compreensão que o movimento tem com os processos de lutas e na organização das mesmas como elementos fundamentais na formação política dos Sem-Terra acampados ou assentados, como também dos aliados na luta do movimento por terra e trabalho.

Qualificação técnica e agrícola.

As dificuldades de construção e organização do assentamento com a falta de água, de assistência técnica, de crédito, de insumos e de ferramentas levaram os assentados às alternativas de produção, recorrendo às experiências adquiridas nos acampamentos, na troca com outros assentados, como também dos mutirões onde grupos de assentados que se reuniam para preparar os lotes dos participantes e, ao mesmo tempo, orientando o assentado como se prepara o solo, como se organiza o plantio e como se faz a manutenção da plantação a partir das técnicas de produção que o grupo domina.

É interessante notar a importância do conhecimento tácito que os assentados trazem e outros, que incorporam através da experiência prática de outros assentados. Como é possível notar na fala, de uma assentada, que antes de entrar para o Movimento já exercia um trabalho com a terra e, quando assentada, ampliou os conhecimentos a esse respeito.

Quando vim pro MST fez muita diferença. Nós temos uma pinha no nordeste que é a melhor pinha do mundo é aquela abacá. Aquela pinha lá no nordeste se plantava ela não nascia, plantava e ela não nascia. Olha tinha coronha e não nascia... Olha eu nunca ouvi fala de dormência da semente. Quando chegou aqui eu fui conhecer a dormência da semente porque você tem que ferver a água colocar ela na água fria e por no saquinho... Então tudo isso você vai aprendendo e produz mais. Então, eu aprendi com outros assentados e através de cursos... porque é assim, você faz o curso e compra a apostila. Você tem que estudar... Um chega e pergunta: 'Porque que suas flores fica tão bonita, R....?'. Ué vai lá e pega um pouco de terra lá perto do esterco do porco joga ali, mais num joga muito, faz isso... num fica carpindo, porque vai tirar toda a proteção né...Essa troca de experiência a gente sempre faz viu. Olha por um acaso a gente fala assim: 'A dona E... vai arrumar a horta dela'...Nossa tá todo mundo lá, as vizinhas sabe ...O bate papo é muito importante. (Entrevistada B)

Em nossas entrevistas também encontramos falas que enaltecem os saberes das práticas agrícolas de antes do acampamento e assentamento, como também a certa resistência a saberes novos, como a adequação da prática cotidiana aos conhecimentos adquiridos nos cursos¹¹ do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribeirão Preto, do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) ou da Coperafloresta no projeto de implantação do Sistema Agrofloresta (SAF) no assentamento Mário Lago.

Uma das assentadas, vinculada ao projeto SAF, nos apresenta, em entrevista, todo um conhecimento trazido de fora do assentamento de gerações de agricultores e de sua família e que ao mesmo tempo, mostra-se aberta a novos saberes, de formar a mesclá-los.

Então, o que aconteceu? Vamos plantar o Saf... Aí o N..... (Técnico da Coperafloresta) veio com um plano de plantar colonhão pra dá comida pra terra. A maioria concordo. Eu não concordei e falei que eu preferia larga

mão do Saf e cuidar do meu lote, mas num planto colonhão, porque eu queria pranta feijão andu... e plantei (...)

O N... perguntou porque eu queria planta o andu, eu falei: se nós Sem-Terra quer evoluir a terra, o ar, dá comida pra terra...Eu acho que feijão andu é muito melhor que o colonhão. Porque quando eu plantar o andu, ele vai cresce e vai chamar sereno, vegetação... Aí ele vai cresce e vai começa a dar flor. Elas vão servi pras abelhas; ele vai dá as folhas pro chão; ele vai dá o feijão pra você comer ou vender...E quando ele começa a seca, ele vai dá lenha pro esterco na terra. Depois você vai cortando os galhos pra tampar as ruas do solo, onde tá descoberto (...). (Entrevistada C)

Também temos que ressaltar a capacidade de aprender a conviver com as dificuldades que o assentamento Mário Lago apresenta, sendo as duas principais são a falta de água e o tamanho dos lotes.

Com relação ao tamanho do lote é importante destacar a organização da produção e a clareza que os assentados têm dos limites de produção, dada à área de menos de 2 hectares por lote.

Num espaço pequeno, a gente se organiza pra plantar várias coisas. Essa parte de cima do lote é um projeto SAF, né. Então tá plantado mudas de bananas e no meio delas vai ser plantado alface, jiló, berinjela, tudo misturado. E a parte de baixo é pro reflorestamento. (Entrevistado D)

Quanto à falta de água, como também de crédito e assistência técnica, já citados acima, os assentados tiveram que buscar alternativas de sobrevivência, mas mantendo a clareza da necessidade de conquistar meios que permitam sobreviver exclusivamente do trabalho no lote.

Nessa área 4 é muito ruim de água, é mais pro gasto próprio mesmo. Nós usa o SAF, mas muito pouco, porque não tem como fazer aquele monte com a falta de água né. Mas tem 4 canteiro de 50 metros e mesmo assim, ainda dá trabalho porque não tem água... você tem que ir com o regador, né...num é um processo bom. O certo é na irrigação por gotejamento Quem conseguiu abrir poço, geralmente ainda tem água. (Entrevistado E)

Sem dúvida, o assentamento se constituiu em um espaço de trocas de saberes acumulados pelas experiências práticas de gerações com a lida da terra, como também espaço para a realização de saberes sistematizados e local da catarse desses conhecimentos.

Educação Escolar

Quanto às discussões e proposições sobre Educação Escolar no assentamento Mário Lago, elas tem se pautado mais, e principalmente, na construção da escola pública no interior do assentamento. Discussão que não se limita aos aspectos físicos da escola como localidade e acesso, mas também a importância da gestão da instituição e a participação dos assentados. Que a escola tenha um Projeto Político Pedagógico vinculado à história e à vida dos assentados e que ela seja mais do que uma instituição de ensino, ou seja, que se constitua como um espaço de cultura para a população assentada.

Além desse aspecto, é válido mencionar que, na visão dos assentados, a escola dentro do assentamento contribuiria para desmistificar a ideia estereotipada que a sociedade, bem como os meios de comunicação, construíram sobre os Sem-Terras, uma vez que a instituição

receberia crianças e jovens não assentados. Também tal perspectiva pode ser notada na fala de uma das assentadas.

A escola aqui dentro faria diferença, porque aqui nós vamos poder receber as crianças de lá de fora pra estudar aqui. Isso pra gente é importante, porque a visão que a população tem de Sem Terra vai mudar, porque eles vão ver que a realidade é outra. Isso pra nós é bem importante. Muitas crianças do assentamento são discriminadas lá fora... são taxadas nas escola de fora de sujo...então essa proximidade da população lá de fora aqui dentro, é bem importante...porque eles vão ver outra realidade, o que é o acampamento, o assentamento, a nossa luta. (Entrevistado D)

Com relação às propostas da futura escola do assentamento Mário Lago, feitas pelo Movimento, têm suas origens nas formulações do MST desde 1997, com o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (I Enera) promovido pelo MST e outras entidades que se desdobrou numa articulação entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a Universidade de Brasília (UnB), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para a preparação da I Conferência Nacional: Por uma Educação Básica do Campo, em 1998.

Além dessas discussões pautadas pelo I Encontro e a I Conferência, a população assentada do Mário Lago se depara, ainda hoje¹², com problemas de transporte, na manutenção dos ônibus, na conservação das vias no interior do assentamento, no tempo de deslocamento das crianças de suas casas à escola, na dispersão das crianças assentadas atendidas em cinco escolas diferentes, na resistência das crianças dos bairros em aceitar as assentadas, a dificuldade dos pais em atender aos chamados das escolas e na participação desses e das crianças nas atividades escolares fora do horário de aula.

Cabe destacar que, no assentamento Mário Lago o trabalho das cirandas tem um aspecto complementar a Educação Escolar e tem servido de espaço de aprendizado para as crianças assentadas, como também para alunos e professores universitários, principalmente das áreas de psicologia e pedagogia.

Considerações Finais

Enquanto considerações finais, cabe ressaltar que não temos o propósito de finalizar as questões aqui apresentadas, mas simplesmente colocar um ponto no texto, uma vez que ele é uma síntese de uma pesquisa de dois anos com muitas leituras, visitas, conversas, reuniões e entrevistas e portanto, não cabe conclusões, mas abrir questões e problemas, bem como levantar algumas teses.

Apesar da brevidade do texto, ele nos permitiu apontar para o que foi fundamental para nós em nossos estudos e análises. Primeiro, a necessidade de se analisar a Questão Agrária no Brasil, a partir da reestruturação produtiva que o campo passou, nos final dos anos 90 do século passado e início do século XXI; segundo, a defesa da tese de que a Reforma Agrária Burguesa foi realizada pelo regime civil-militar (1964-1985) consolidando a Revolução Burguesa no Brasil; terceiro, que os assentamentos rurais são resultados de políticas compensatórias para os excluídos da Reforma Agrária; quarto, que a grande maioria dos assentamentos se constituíram em espaços de produção de subsistência dos assentados sem produção de excedente para o mercado e se constituindo em bolsões de força de trabalho para ser vendida sazonalmente no campo e na cidade de forma precarizada.

Também é necessário, independentemente de concordarmos ou não, reconhecer que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) organizado nacionalmente se tornou no principal movimento social do país e recolocou em pauta, a questão da educação do campo no debate nacional.

Por último, concluímos que o MST se constituiu num exemplo de que é possível criar espaços de Formação Política, Qualificação Profissional e Educação sistematizada fora das instituições escolares públicas e privadas, mesmo sem negar a importância destas. O Movimento, seus acampamentos e assentamentos contribuem para mostrar que o processo de educação/formação no sentido mais geral e mais restrito só tem resultados significativos para a luta dos trabalhadores se forem fundamentados por uma concepção de mundo política/ideologicamente orientada para a transformação social.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – INCRA. *Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS*. Brasília, outubro de 2000.

DELWEK, Matheus. *Comunas da Terra: um novo modelo de assentamento rural do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*; 55 fls. Trabalho de conclusão do Curso (Realidade Brasileira). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora e Escola Nacional Florestan Fernandes. Grandes Pensadores Brasileiros, 2003.

Educação. A Formação Técnico-Profissional no Contexto do MST. *Revista Educação*. Vol. 33; nº 1; Ed 2008. Disponível em :<<<http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2008/01/a7.htm>>>. Acesso em: 20 de março, 2014.

FERNANDES, Bernardo M. *A ocupação como forma de acesso a terra*. Editado por Else R P Vieira, 2002. Disponível em: <<http://www.landless-voices.org>>. Acesso em: 25 de julho, 2013.

GONÇALVES, J, C; SCOPINHO, R, A. *Desenvolvimento Rural Sustentável: Um Estudo de Caso Sobre as Perspectivas de Sustentabilidade Agroambiental Num Assentamento de Reforma Agrária na Região Nordeste do Estado de São Paulo*. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. (Artigo Publicado no III Simpósio de Pós-Graduandos em Sociologia) São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2010. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/ds/pos-graduacao/simpósio>>. Acesso em: 20 de Janeiro, 2014.

GONÇALVES, José. C. *Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável? A Dificil Construção de Um Assentamento Rural Agroecológico em Ribeirão Preto- SP*. 2010. 134 fls. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. Dissertação de Mestrado, São Carlos, 2010.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Relação de Projetos de Reforma Agrária*. Disponível em: <www.incra.gov.br>. Acesso em: 10 de dezembro, 2013.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Educação no Campo/Pronera*. Disponível em : <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/educacao-no-campopronera>>. Acesso em: 8 de março, 2014.

LEANDRO, José. B. *Curso Técnico em Administração de Cooperativas do MST: A Concepção de Educação e a Influência no Assentamento Fazenda Reunidas de Promissão – SP*. 2002. 232 fls. Programa em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Dissertação de Mestrado, Campinas, 2002.

LEITE, S; HEREDIA, B; MEDEIROS, L; PALMEIRA, M; CINTRÃO, R. *Impactos dos Assentamentos. Um Estudo Sobre o Meio Rural Brasileiro*. 1ª Edição. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MARTINS, Suely A. *A Formação Política da Juventude do Movimento Sem Terra no Estado do Paraná*. 2009. 281 fls. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Tese de Doutorado - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MORISSAWA, Mitsue. *A história da Luta pela Terra e o MST*. 3ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2001.

MST. *MST, 30 Anos: Muito Além da Distribuição de Terras*. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/15648>>. Acesso em: 05 de março, 2014.

MST. *Contra a Idéia da Força, a Força das Idéias*. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/jornal/295/entrevista>>. Acesso em: 10 de março, 2014.

SALGADO, Sebastião. *Prólogo à Secção A luta pela Terra*. São Paulo. Editora Companhia das Letras, 1997. Disponível em: <<http://www.landless-voices.org>>. Acesso em: 25 de julho, 2013.

STEDILE, João P.; FERNANDES, Bernardo M.. *Brava gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 2ª Edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

Notas

¹ O Assentamento Mário Lago-MST segundo o INCRA é um dos agrupamentos do Assentamento da Barra. Além dele mais dois agrupamentos, o Assentamento Índio Galdino e Assentamento Santo Dias, que não são organizados pelo MST.

² Professor de Sociologia da Educação do Departamento de Educação, Informação e Comunicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

³ Pedagoga pela USP-Ribeirão Preto

⁴ Com relação à história e a organização do assentamento Mário Lago temos que ressaltar a importância da leitura da dissertação de mestrado de José Claudio Gonçalves que tem como título “Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável? A Difícil Construção de Um Assentamento Rural Agroecológico em Ribeirão Preto- SP”

⁵ Como já afirmado acima, entendemos que a Reforma Agrária burguesa já foi realizada pela burguesia nos governos civil/militares de 1964 a 1985. Em nosso entender a luta que os movimentos sociais realização e de democratizar o acesso a terra.

⁶ Designação que a grande imprensa deu ao governo Tancredo Neves/José Sarney, que substituiu o regime militar (1985-1989). Com o passar do tempo, a expressão foi ignorada pela própria imprensa que a criou.

⁷ Fernando Collor de Mello, eleito presidente da República em 1989, na disputa com Luiz Inácio Lula da Silva. Governou o país de 1990 a 1992. Foi acusado por corrupção, gerando um forte movimento popular que resultou num processo judicial que o afastou da presidência.

⁸ Ver em: MORISSAWA, 2001, p. 154.

⁹ Ver em: MORISSAWA, 2001, p. 156.

¹⁰ Sociólogo, professor da USP, foi senador da República por São Paulo (1983-1994), Ministro das Relações Exteriores, Ministro da Fazenda (1993-1994) e presidente da República (1995-1998). Foi reeleito presidente em 1998 para um mandato até 2002. É um dos mentores e fundadores do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB).

¹¹No período que estivemos no assentamento, pudemos observar algumas atividades do curso de compostagem, apicultura, preparo de solo, de plantio e manejo do SAF.

¹² Ano de 2014. Esse texto é um dos resultados dos estudos e análises que fizemos nos anos de 2013 e 2014.

Recebido: março-16

Aprovado: setembro-16